

NOTAS SOBRE DESIGUALDADE NO BRASIL: breve análise de pontos relevantes da década de 2000 e 2010

Tatiana Figueiredo Breviglieri¹

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo discutir brevemente alguns pontos relevantes sobre a distribuição de renda e desigualdade da década de 2000 e meados de 2010. A escolha desse recorte se explica pela inflexão que apresenta: ao mesmo tempo em que a década de 2000 apresentou uma melhoria da distribuição de renda que pode ser atribuída, em parte, pela valorização dos salários e crescimento do setor de serviços, observou-se um aumento da apropriação da renda nacional pelo topo da pirâmide. Os reflexos dessa inflexão vieram à tona com a crise econômica brasileira, a partir de 2010, que revelou o real problema de desigualdade e a má distribuição de renda. Para que esse objetivo seja alcançado, a pesquisa adotará como metodologia dois passos. Primeiramente, serão exibidos alguns pontos importantes da distribuição da renda brasileira e da desigualdade de acordo com autores que se debruçaram sobre o tema. Em seguida, será apresentada uma análise empírica com os dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) 2015, que contribuirá para a avaliação dos impactos das desigualdades sociais que incidem no salário do brasileiro.

Palavras-chave: Desigualdade; Distribuição da renda; Tributação.

Introdução

A distribuição da renda é um dos temas elementares da economia. Questões sobre crise, crescimento e ciclos econômicos envolvem em grande parte a questão da distribuição da renda. Relacionada a isso, a desigualdade é um tópico com muitas linhas temáticas e implicações nos estudos das ciências sociais. A ideia aparentemente simples de desigualdade carrega consigo um conceito bastante complexo, segundo Hoffman (1998), que tem sido o tema de muitas análises por parte de filósofos, sociólogos, economistas, cientistas políticos e estatísticos.

O Brasil possui grande parte de sua população vivendo em condições de pobreza enquanto uma ínfima elite se apropria de uma parcela significativa da renda, sendo a desigualdade no país objeto de estudo de vários pesquisadores. Houve uma breve melhora na distribuição da renda nos anos 2000, mas esse

¹ Universidade Estadual Paulista (Unesp), Araraquara – SP – Brasil. Programa de Pós-Graduação em Economia. tatiana.breviglieri@unesp.br.

cenário não se sustentou e a desigualdade voltou a atingir a população brasileira na década seguinte (Carvalho, 2018).

O presente estudo busca fazer uma breve análise sobre pontos relevantes da distribuição da renda no Brasil, além de uma análise empírica sobre a desigualdade da renda salarial dos brasileiros. Para isso, será analisada a economia brasileira com foco na questão da distribuição da renda nos anos 2000 e no caráter regressivo da tributação no país, de acordo com autores que se debruçaram sobre o tema. A análise empírica será realizada através dos dados coletados na PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) 2015, contribuindo para a observação dos rendimentos no Brasil em relação à avaliação dos impactos das desigualdades sociais que incidem na renda do salário do brasileiro.

Má distribuição da renda: fonte histórica de desigualdade no Brasil

Muitos autores argumentam que a desigualdade na qual muitos países são acometidos está enraizada em suas heranças coloniais. A concentração da posse de terra foi um elemento responsável pela injustiça social que se consolidou nos países latino-americanos, já que a economia desses países era movida pela produção e exportação de produtos primários em detrimento de uma indústria de maior complexidade tecnológica que favorecesse a sociedade como um todo, como aponta o estruturalismo econômico associado ao pensamento da Comissão Econômica Para América Latina e o Caribe (CEPAL)². A dinâmica da industrialização no país ocorreu de forma a atender os interesses de uma elite mimética subordinada às elites internacionais. O excedente econômico gerado pela economia de exportação, ao invés de ser utilizado para um projeto nacional de desenvolvimento que atendesse a demanda de toda a população brasileira, foi utilizado para atender o consumo de uma ínfima minoria abastada. Formou-se então uma sociedade em que o consumo não condizia com sua renda per capita, fomentando as estruturas desiguais e concentradoras de renda da sociedade brasileira.

² CEPAL é uma agência de desenvolvimento econômico para os países da América Latina e Caribe ligada a ONU e sediada no Chile. Dois de seus principais expoentes na década de 1950 e 1960 foram Celso Furtado e Raul Prebisch.

Dessa forma, Furtado (1974), em sua obra “O Mito do Desenvolvimento Econômico” explica que o desenvolvimento não é homogêneo para todas as sociedades, trata-se de um processo que, para ser bem sucedido, deve respeitar as particularidades de cada sociedade, não sendo possível países pertencentes à periferia do sistema capitalista, como o Brasil, atingir níveis de desenvolvimento econômico do centro do sistema, apenas seguindo os mesmo passos – como aqueles dos países industrializados da Europa e os Estados Unidos. Em contraponto à teoria furtadiana, temos a famosa obra de Kuznets (1953). Essa última apresenta a desigualdade como transitória e característica do processo de desenvolvimento dos países. Em sua teoria, a desigualdade da distribuição da renda sofreria aumento nas fases iniciais do processo de crescimento econômico. Nesse processo de transição para a industrialização, a desigualdade, depois de aumentar, deve se tornar estável e, posteriormente, tenderia a diminuir. Isto é, os países em desenvolvimento precisam primeiramente de um expressivo crescimento para uma posterior redução da desigualdade, assim como foi o processo para os países ricos. Tal hipótese passou a ser denominada como “lei de Kuznets da variação da desigualdade” e “interpretações um tanto mecanicistas dessa ‘lei’ foram usadas para ‘explicar’ o crescimento da desigualdade no Brasil entre 1960 e 1970” (Hoffman, 2001, p.71).

É comum a associação da desigualdade da distribuição da renda – ou, igualmente, da concentração da renda – a países pobres, e a atribuição do crescimento econômico como solução para esse problema. Assim como ficou conhecida a frase atribuída ao Ministro Delfim Neto no regime militar: fazer crescer, para depois dividir. Essa era uma ideia presente no debate econômico brasileiro nos anos 1960 e 1970: uma tentativa de justificar o avanço da desigualdade concomitante ao crescimento econômico no Brasil. Mas, seria a pobreza mais sensível ao crescimento econômico do que à desigual distribuição da renda? A pesquisa empírica de Barros, Henriques e Mendonça (2001, p.23) mostra que “o Brasil não é um país pobre, mas um país extremamente injusto e desigual, com muitos pobres”. Através de algumas demonstrações empíricas, os autores testam a hipótese de que o problema da pobreza no Brasil não está na escassez de recursos, mas sim na má distribuição dos recursos nacionais.

Nessa busca pela demonstração de que o nível de pobreza brasileiro está intimamente relacionado à desigualdade da distribuição da renda, os autores

realizam uma análise do crescimento econômico *versus* redução do grau de desigualdade no impacto da pobreza. Com base nos dados, os autores mostram que os níveis de pobreza são mais sensíveis a alterações no grau de desigualdade do que a alterações no crescimento econômico: sobre a desigualdade, os autores calcularam que uma redução no Gini³ do Brasil de 0,60 para 0,55, sem alteração no crescimento econômico, acarretaria uma queda na parcela de pobres no país de 34% para 25%. Uma queda maior na desigualdade, para um Gini de 0,46, levaria a uma redução de 12,5% na pobreza. Já sobre o crescimento econômico, Barros, Henriques e Mendonça (2001, p.20) encontraram que “um crescimento contínuo e sustentado de 3% ao ano na renda per capita levaria, no Brasil, mais de 25 anos para reduzir a proporção de pobres abaixo de 15%”, colaborando para a constatação de que a pobreza é mais sensível à desigualdade do que ao crescimento econômico.

Outra análise presente no trabalho dos autores trata-se da distribuição acumulada da população mundial e dos países com relação ao PIB real per capita. Nessa avaliação, os dados mostram que, comparativamente aos países industrializados, o Brasil não se apresentava como um país rico, porém, ao analisá-lo em relação a outros países também em desenvolvimento, o Brasil estava em posição favorecida, em relação aos requisitos necessários para enfrentar a pobreza de sua população. No entanto, outra avaliação consistiu em comparar o nível de pobreza no Brasil com o observado nos demais países com renda per capita parecida. Os dados mostraram que a população pobre no Brasil correspondia a cerca de 30% da população total, e, nos outros países analisados, a população pobre estava representada por menos de 10% da população total – fato que aponta para a relevância da desigualdade no país.

É notável que, ao longo dos anos 2000, após a publicação da pesquisa de Barros, Henriques e Mendonça (2001), houve uma melhora na distribuição da renda no Brasil. Sobre a distribuição funcional da renda, aquela medida entre os diferentes fatores de produção, Carvalho (2018) explica que houve aumento tanto da participação dos lucros na renda nacional quanto dos salários.

³ O índice de Gini é uma das mais conhecidas ferramentas para medir a desigualdade. Sendo 0 igualdade total, e 1 desigualdade total, o mundo real é representado por valores desse índice que estão entre esses dois extremos.

A fatia dos lucros na renda nacional cresceu de forma contínua, passando de 45,2% para 47,5% [entre 2001 e 2004]. A partir daí, a participação dos rendimentos do trabalho na renda total aumentou a cada ano (...) passando de 52,5% em 2004 para 57,4% em 2013 (Carvalho, 2018, p.21).

A autora argumenta que a principal mudança distributiva do período se deu na alteração das diferenças entre as remunerações dos diferentes setores do mercado de trabalho. Carvalho (2018) explica que o índice de Gini dos salários sofreu uma redução contínua nos anos 2000, fato que comprova a queda da desigualdade salarial no período. Esse cenário deveu-se à melhora na base da pirâmide da distribuição da renda, na medida em que o salário dos 10% mais pobres aumentou em relação ao salário médio do conjunto de trabalhadores do país. Concomitante a valorização do salário-mínimo, as políticas de transferência de renda como o Programa Bolsa Família foram responsáveis pela redução da desigualdade do Brasil no período.

Essa melhora na distribuição da renda experimentada no período implicou em alterações na base da pirâmide, indo de contraponto ao conceito do modelo “*Trickle-Down Economics*”. Tal modelo expressa a ideia de que a distribuição da renda se dá na medida em que os ricos aumentam sua riqueza seja devido às isenções tributárias ou às reduções de custos salariais. Dessa forma, a riqueza criada no topo da pirâmide recairia para sua base na forma, por exemplo, de geração de empregos, e, assim, todos melhorariam os padrões de vida. Porém, evidências empíricas contestam esse modelo – como será explicado a diante, o topo da pirâmide da distribuição da renda nacional nos anos 2000 no Brasil também enriqueceu, mas, claramente, não foi isso que contribuiu para melhorar o padrão de vida dos mais pobres, muito pelo contrário.

Um ponto crucial que a autora chega é que tais mudanças da distribuição da renda incidiram no padrão de consumo das famílias brasileiras na medida em que a população de baixa renda passou a consumir produtos e serviços que antes só eram consumidos pelos mais ricos. Isso é, um aumento na participação da parcela do gasto em transporte, habitação, saúde, higiene e serviços, no consumo geral das famílias, em relação ao gasto em alimentos e vestuário. “Essas evidências podem ser explicadas pela chamada lei de Engel, que postula que o padrão de consumo das famílias se altera de acordo com o crescimento da renda”, como pontua

Carvalho (2018, p. 23). Dessa forma, com o aumento da renda das famílias da base da pirâmide, a parcela de consumo em serviços cresceu e, assim, houve aumento da participação dos serviços no PIB e uma redução da participação industrial.⁴

Em relação a isso, a mão de obra menos qualificada, que o Brasil possui em abundância, foi incorporada de forma significativa ao mercado de trabalho, já que uma característica dos setores de serviços – como construção civil, restaurantes e salões de beleza – é o emprego dessa mão de obra, segundo a autora. A demanda crescente dessa mão de obra levou ao aumento da remuneração desses trabalhadores.

Se compararmos o aumento dos salários nos setores de baixa produtividade (na maior parte, serviços) com aqueles nos setores de alta produtividade (na maior parte, indústria), os primeiros cresceram muito mais ao longo daqueles anos. Ou seja, a estrutura geral de salários parece ter acompanhado a alteração de padrão de consumo, reforçando a redução de desigualdades. (Carvalho, 2018, p. 24).

É fato que um modelo ideal de crescimento econômico com distribuição de renda em um país não deve ser sustentado no longo prazo em cima de demanda de mão de obra pouco qualificada. Isso foi importante já que esses trabalhadores foram inseridos em grande medida no mercado formal de trabalho, mas, uma das superações desse modelo deveria passar pela qualificação da mão de obra para crescimento de setores mais intensivos em tecnologia, como a indústria.

No entanto, a Nova Matriz Macroeconômica criada no governo Dilma Rousseff, numa tentativa de fortalecer a indústria brasileira gerando empregos e fomentando o desenvolvimento econômico, tinha como um dos seus principais objetivos a isenção tributária para produtivistas com vistas ao estímulo do investimento privado. Contudo, com o desaquecimento da economia – o cenário externo já não era o mesmo –, os empresários utilizaram essa “receita extra” proveniente das isenções tributárias para recompor suas margens de lucro bem como para realizar aplicações no mercado financeiro em detrimento do investimento produtivo, agravando fortemente a crise econômica.

⁴A literatura sobre o tema mostra que os altos juros praticados e a taxa de câmbio apreciada dos anos 2000 exerceram impacto negativo para a indústria brasileira.

Tendo em vista o cenário atual de crise econômica e a intensa volta do crescimento das desigualdades no país, Carvalho (2018) explica que o modelo de crescimento econômico vigente no Brasil nos anos 2000 não chegou a superar seus entraves principais. Um deles tratava-se da própria distribuição da renda, da forma como ocorreu. Apesar da melhora na distribuição da renda na base da pirâmide com o aumento dos salários e programas de transferência de renda, não houve uma redistribuição da renda no seguinte sentido: do topo da pirâmide para o meio ou para a base.

Na verdade, estudos mostraram que a distribuição da renda experimentada nos anos 2000 mostrou forte concentração da parcela da renda apropriada pelo 1% mais rico no país. Carvalho (2018, p.50) cita o trabalho de Morgan (2018): "(...) nos cinco anos que antecederam a crise financeira internacional de 2007-8, o 0,1% mais rico da população se apropriou de 68% do crescimento da renda nacional".

A valorização do salário-mínimo e o crescimento de setores de serviços intensivos em mão de obra menos qualificada trouxeram uma melhor distribuição da renda no sentido em que houve a diminuição da concentração dos salários pelo crescimento acelerado dos rendimentos de trabalhadores na base da pirâmide, como já explicado. Porém, a renda do capital no período cresceu bastante e se manteve altamente concentrada no topo da pirâmide. Uma das consequências dessa conjuntura é o que Morgan (2018) chamou de "*squeezed middle*": os mais pobres aumentaram a sua participação na renda total de 11% para 12% entre 2001 e 2015, os 1% mais ricos subiram sua parcela de 25% para 28% enquanto os 40% intermediários reduziram sua participação na renda de 34% para 32% no mesmo período, como explica a autora.

Um ponto problemático da busca da redução da desigualdade no país foram as altas taxas de juros e a própria expansão do crédito, no longo prazo. O acesso ao crédito leva ao pagamento de juros sobre dívidas contraídas e à transferência desses valores para o setor financeiro da economia. Vale ressaltar que o problema do endividamento das famílias não consiste simplesmente em contração de dívidas, pois, se a economia está prosperando, as famílias conseguem pagar as dívidas, e dar continuidade ao processo de fomento à demanda. O problema está na desaceleração e estagnação da economia, na qual as famílias se veem impossibilitadas de quitarem suas dívidas e há queda no padrão de vida. Além disso,

o alto pagamento de juros da dívida pública beneficiou os mais ricos, já que são eles os detentores dos títulos da dívida.

O caráter regressivo da tributação no Brasil

Nesse contexto, cabe uma breve explicação de um importante e crucial causa da desigualdade de renda no país. O sistema tributário brasileiro amplia as desigualdades da pirâmide da distribuição da renda do país na medida que a alta parcela da renda dos mais ricos é isenta de Imposto de Renda. Trata-se de um sistema de caráter regressivo de tributação que nos distancia de países com uma distribuição mais igualitária, conforme explica Carvalho (2018).

A autora argumenta que ocorre no Brasil que caráter progressivo do gasto é compensado pelo caráter regressivo do sistema tributário brasileiro. Em outras palavras, todo esforço de distribuição da renda via gastos se torna neutro devido ao sistema tributário de caráter regressivo. Tal dinâmica de concentrar renda no momento da tributação – com altas alíquotas de imposto sobre consumo e produção e baixas alíquotas de imposto sobre renda e patrimônio – e distribuir renda no momento do gasto, gera uma neutralidade do impacto da distribuição da renda.

Isso significa que além da expansão dos salários, uma melhor redistribuição da renda no Brasil necessita de uma reforma tributária progressiva para acontecer, na qual a prioridade deve ser a taxação de renda e patrimônio mais do que consumo e produção. Sendo assim, o modelo de crescimento experimentado nos anos 2000 no Brasil, o qual Carvalho (2018) chama de “Milagrinho Econômico”, não necessariamente já estava condenado ao fim. Mas, ao invés de focar nas dificuldades para possibilitar a continuidade do processo, na década de 2010, a Nova Matriz Macroeconômica se mostrou uma escolha equivocada de política econômica na medida que promoveu grandes isenções tributárias aos empresários sem contrapartida ao investimento privado.

Sobre o tema, Oreiro (2018) explica que a desregulamentação financeira, juntamente com a redução dos impostos sobre os lucros das grandes corporações e sobre a renda dos mais ricos, tem propiciado um aumento da desigualdade na distribuição de renda e de riqueza nos Estados Unidos, por exemplo. A partir de um breve exemplo empírico, o autor demonstra que, mesmo havendo um quadro de

crescimento econômico, ganhos de capital não tributados, isenções fiscais e outros tipos de *rent-seeking* que beneficiam a parcela mais rica da população, há um aumento na desigualdade da distribuição da renda. Dessa forma, os proventos do crescimento econômico só serão absorvidos por uma pequena parte da população.

A pesquisa de Gobetti e Orair (2016) mostra que em relação aos países da OCDE, em média, a tributação sobre os lucros e dividendos é de 43,1%. A menor tributação é a da Estônia, país, que, inspirado na teoria da tributação ótima de Mirrlees (1971), implementou uma das reformas mais radicais do mundo, com isenção de dividendos e alíquota única de Imposto de Renda Pessoa Física de 20% - imposto com o maior poder distributivo. Os autores afirmam que o resultado desse caminho seguido foi a criação de uma das economias mais desiguais da União Europeia. Já o maior pagador de impostos dos países da OCDE é a França, país no qual a tributação total incidente é de cerca de 64,4%. Vale ressaltar que todos os países da OCDE – com exceção da Estônia, México e Eslováquia – incorrem de bitributação, isto é, há tributação tanto da pessoa física quanto da pessoa jurídica.

O problema da má distribuição da renda brasileira não está no tamanho da Carga Tributária Bruta, mas sim em seu caráter regressivo que contribui para a enorme desigualdade no país. Indo na contramão da justiça social via distribuição da renda tão urgente que o país demanda, por exemplo, foi a criação da Lei 9.249, em 1995, que isentou a tributação de dividendos dos acionistas e diminuiu o lucro tributável das empresas, criando uma despesa fictícia chamada de Juros Sobre o Capital Próprio. Essa lei, que contribui para o agravamento do caráter regressivo da nossa estrutura tributária, foi criada com a justificativa de atrair capitais e incentivar investimentos. Sobre o assunto, Gobetti e Orair (2016, p. 7) explicam:

O país (...) é um dos poucos no mundo em que os dividendos distribuídos a acionistas de empresas estão totalmente isentos de Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF). Essa isenção para as pessoas físicas foi introduzida em 1995, junto com outro benefício que reduziu significativamente o Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas (IRPJ): a possibilidade de deduzir do lucro tributável uma despesa fictícia denominadas juros sobre capital próprio (JSCP).

Antes da criação da Lei 9.249/1995, os autores mostram que os acionistas retinham 56,1% e pagavam 43,9% dos lucros em impostos. Após a criação da lei, o percentual de lucros retido pelos acionistas passou a ser de 71%, e apenas 28,3% passaram a ser pago de imposto. Este é o cenário para as grandes empresas, já as

médias e pequenas, como mostram Gobetti e Orair (2016), a tributação sobre os lucros é ainda menor, não passando de 10,88%. Evidências empíricas não mostram, segundo os autores, aumento no investimento privado no país, uma das justificativas para a implementação da lei. Pelo contrário, de acordo com Gobetti e Orair (2016, p. 15), “os investimentos permaneceram estagnados por mais de uma década após a implementação dessas medidas”.

Os autores argumentam que nem mesmo os presidentes americanos que implementaram duras medidas – por exemplo a reforma que diminuiu de dezesseis para quatro faixas de alíquotas o IRPF, implementada por Reagan, ou a implantação do teto máximo de 15% de imposto sobre dividendos por George W. Bush – fizeram o que foi feito no Brasil com a implementação da Lei 9.249/1995. Outro fato importante a ressaltar é que, diferentemente dos Estados Unidos, tais caminhos conservadores seguidos no Brasil jamais foram revistos, mesmo nos governos de centro-esquerda na década dos anos 2000.

A pesquisa de Gobetti e Orair (2016) mostra outros dados interessantes para a análise do impacto da Lei 9.249/1995 na concentração de renda no Brasil. Analisando dados de 2007 e 2013, os autores mostram que o volume de lucros e dividendos no país teve um aumento significativo. Em 2007, tal montante era de R\$ 149 bilhões. Em 2013 esse número saltou para R\$ 287 bilhões. Esses valores são detidos pelas camadas mais altas pirâmide da distribuição da renda, contabilizadas em 7,9% dos declarantes, de acordo com Gobetti e Orair (2016, p. 18): “Não é preciso grandes análises para perceber que a isenção de dividendos implica renúncia substancial de receitas para o governo e favorece a concentração de renda”. Os autores organizam os dados das declarações de imposto de renda dos anos 2007 a 2013 para elucidar de forma clara o argumento: no ano de 2007, o montante declarado, em bilhões, foi R\$ 1.369,4, desses, R\$ 968,5 tributáveis. O montante isento, R\$293,2, e, desse valor, R\$ 47,2 bilhões representou lucros e dividendos. Para o ano de 2013, os dados mostraram que o total, em bilhões de reais declarados, foi de R\$ 2.132,7, sendo tributáveis R\$ 1.293,2, isentos R\$ 632,2, e, desses, R\$ 287,3 representados por lucros e dividendos.

Outro resultado da análise da declaração de imposto de renda no país que vale destacar do estudo de Gobetti e Orair (2016, p. 25) é que “o décimo mais rico concentra pouco mais da metade da renda nacional (52%); o centésimo mais rico

detém algo próximo a um quarto (23,2%); e o milésimo mais rico chega a um décimo (10,6%).” No entanto, o estudo mostra uma contribuição importante para o debate: por volta de 71 mil pessoas que se concentram no meio milésimo mais rico da distribuição da renda, detém 8,5% de toda a renda nacional – um dado impressionante para avaliar o grau de concentração de renda no país.

Análise de dados

Tendo em vista o papel dos salários na distribuição da renda e uma breve análise de pontos relevantes sobre a desigualdade da distribuição de recursos no Brasil, passaremos para uma análise empírica sobre outras desigualdades que incidem no rendimento do brasileiro. Para isso, foram coletados, através dos microdados do IBGE, séries de dados da PNAD 2015 (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), sendo eles: Cor, Anos de Estudo, Sexo, Idade e Rendimento Total Mensal do Trabalho Principal – das famílias brasileiras.

Para uma primeira análise, através da estatística descritiva dos dados com o auxílio de um software (SPSS), foi gerada a Tabela 1 abaixo que apresenta os percentis dos dados do rendimento principal das famílias, sendo estes analisados a partir dos 10% mais pobres até o 1% mais rico.

Tabela 1 - Percentis do Rendimento Total Mensal do Trabalho Principal

Rendimento do Trabalho Principal		
Percentis		
	10	400,00
	20	788,00
	25	788,00
	30	800,00
	40	1000,00
	50	1200,00
	60	1400,00
	70	1600,00
	75	2000,00
	80	2100,00
	90	3500,00
	95	5000,00
	99	12000,00

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD 2015.

Observa-se que os 10% mais ricos no Brasil em 2015 – em relação ao rendimento da atividade principal da família – recebiam em torno de R\$3.500,00. O 1% mais rico recebia R\$12.000,00 enquanto a renda principal dos 10% mais pobres girava em torno de R\$400,00. Complementando a análise dos percentis, a Tabela 2 apresenta dados que agregam na avaliação da estatística descritiva do Rendimento do Trabalho Principal.

Tabela 2 - Dados descritivos Rendimento Total Mensal do Trabalho Principal

Rendimento do Trabalho Principal	
Média	1801,67
Mediana	1200,00
Moda	788
Desvio Padrão	2773,486

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD 2015.

Nota-se que a média dos rendimentos principais no ano de 2015 foi de R\$1.801,67, e a renda que mais apareceu na amostra do IBGE foi de R\$788,00. Além da estatística descritiva dos dados avaliaremos agora a influência das variáveis: Cor, Anos de Estudo, Sexo e Idade no Rendimento Total Mensal do Trabalho Principal. Para isso, será rodada uma regressão com a finalidade de testar se há correlação entre essas variáveis.

$$\ln(\text{salário}) = \alpha + \beta_1(\text{cor}) + \beta_2(\text{educ}) + \beta_3(\text{sexo}) + \beta_4(\text{idade}) + \beta_5(\text{idade})^2$$

Tabela 3 - Resumo do Modelo

R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa
---	------------	---------------------	---------------------------

,599	,359	,359	,71153
------	------	------	--------

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD 2015.

Tabela 4 - ANOVA

Modelo	Soma dos Quadrados	df	Quadr. Médio	Z	Sig.
Regressão	24810968,53	5	4962193,707	9801503,533	,000
Resíduo	44262197,54	8742828	,506		
Total	69073166,08	8742829			

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD 2015.

Tabela 5 - Coeficientes

Modelo	B	Erro Padrão	Beta	t	Sig
Constante (α)	4,809	,001		7388,132	,000
Cor	-,251	,000	-,141	-1596,843	,000
Idade	,069	,000	1,024	2208,745	,000
Sexo	-,437	,000	-,243	-2787,871	,000
Anos de Estudo	,108	,000	,512	5530,601	,000
Idade ²	-,001	,000	-,815	-1750,641	,000

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD 2015.

A partir da regressão apresentada acima, podemos tirar algumas conclusões com base nos resultados que essa nos forneceu. A observação da sexta coluna (Significância) da Tabela 5 nos permite concluir que as variáveis independentes do modelo – as quais são: Cor, Idade, Sexo e Anos de Estudo – possuem influência sobre o salário, e, dessa forma, comprova-se a correlação entre elas. Isto é, o salário é de fato afetado pelas variáveis independentes escolhidas para o modelo – corroborando o consenso de diversos estudos sobre o tema.

A variável dependente (lnsalário) foi calculada como sendo logaritmo natural da variável coletada da PNAD: Rendimento Mensal Total do Trabalho Principal. A variável Cor e a variável Sexo foram configuradas em variáveis binárias nas quais a base para o cálculo da regressão foi, para sexo, homem, e, para cor, branca e

amarela. Isto é, a observação da segunda coluna da tabela 5 (B) nos permite concluir que mulheres possuem um rendimento 43,7% inferior aos homens. Já os indivíduos declarados pretos, pardos e indígenas possuem um rendimento 25,1% menor que pessoas declaradas brancas e amarelas para os dados do ano de 2015 no país.

Além disso, resultados obtidos também nos mostram que as variáveis Idade e Anos de Estudo afetam positivamente o salário. Nota-se, por exemplo, que a cada ano adicional de estudo, o salário aumenta em 10,8%. Entretanto, a variável Idade² foi introduzida no modelo para captar o decréscimo de renda que provavelmente ocorre quando o indivíduo atinge determinada idade. O modelo nos indicou que esse decréscimo existe e atinge o salário negativamente em 0,10%.

Considerações finais

A desigualdade é um gargalo no desenvolvimento do Brasil e pode ser olhado por diversas óticas. A concentração da renda, a desigualdade salarial e o desemprego estrutural herdado pelo nosso processo de industrialização retardado pela via da modernização são alguns exemplos. Contudo, o país experimentou uma melhoria da distribuição da renda na base da pirâmide nos anos 2000 – muito se deveu ao aumento dos salários, principalmente a valorização do salário-mínimo. Mas o cenário de crise econômica da década de 2010 trouxe de volta ao Brasil uma das suas principais mazelas: o crescimento da desigualdade com a estagnação dos salários. Seja em cenários de crise ou prosperidade econômica, a má distribuição da renda condena o país a não sair de sua vergonhosa posição de um dos países mais desiguais.

Importante ressaltar que análises mostram que a pobreza é mais sensível à diminuição da desigualdade do que ao crescimento econômico. Em um país que apresenta aumento do crescimento econômico, mas não dispõe de medidas eficazes para a diminuição da desigualdade, a prosperidade econômica será experimentada apenas por uma pequena parcela da população, enquanto a grande maioria continuará vivendo em condições de pobreza.

Buscamos também apontar outra questão relacionada a desigualdade: o caráter regressivo da tributação no país. As isenções tributárias para as camadas mais

abastadas da população e a alta taxação em produtos apontam para uma forte concentração da renda. Esse mecanismo de concentrar renda no momento da tributação torna neutro todo o esforço de distribuir renda via gasto. Estudos como o de Go-betti e Orair (2016) mostram a gravidade desse cenário apontando a criação da Lei 9.249/1995 que isentou a tributação de dividendos e diminuiu o lucro tributável. Sobre isso, vale ressaltar que no governo Dilma Rousseff, as isenções tributárias aos produtivistas agravaram fortemente a crise econômica da década de 2010 na medida em que reduziram as receitas arrecadadas além de contribuírem negativamente para a desigual estrutura tributária brasileira.

Para outro ponto de vista da desigualdade brasileira, analisamos os rendimentos do brasileiro médio a partir dos dados da PNAD 2015. O objetivo foi avaliar outras desigualdades que incidem no rendimento médio da população. Os dados mostraram que a desigualdade por gênero e raça colabora ainda mais com a desigualdade salarial brasileira. Sendo assim, o presente trabalho buscou contribuir com alguns dados sobre esse tema tão complexo que é a desigualdade no país. As causas e consequências da grande desigualdade existente no país são muitas. O crescimento econômico por si só não resolve o problema da desigualdade e, essa, por sua vez, se mostra como um entrave para o próprio crescimento.

NOTES ON INEQUALITY IN BRAZIL: Brief analysis of relevant points from the 2000s and 2010s.

ABSTRACT: *The paper aims to briefly discuss some relevant points about income distribution and inequality in the 2000s and mid-2010s. The choice of this cut is explained by the inflection it presents: at the same time that the 2000s presented an improvement of the distribution of income that can be attributed, in part, to the appreciation of wages and the growth of the service sector, there was an increase in the appropriation of national income by the top of the pyramid. The consequences of this inflection became known with the Brazilian economic crisis, starting in 2010, which revealed the real problem of inequality and poor income distribution. To achieve this objective, the research will adopt a two-step methodology. First, some important points of the distribution of Brazilian income and inequality will be shown, according to authors who have focused on the subject. Then, an empirical analysis will be presented with data from the PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) 2015, which will contribute to the assessment of the impacts of social inequalities that affect the Brazilian salary.*

Keywords: *Inequality; Income distribution; Taxation.*

REFERÊNCIAS

- BARROS, R. P. de; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. *In*: HENRIQUES, R. (org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro, IPEA, 2001. p.21-48.
- CARVALHO, L. **Valsa Brasileira**: do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavia, 2018.
- FURTADO, C. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.
- GOBETTI, S.; ORAIR, R. **Progressividade Tributária**: a agência negligenciada. Rio de Janeiro, IPEA, 2016.
- HOFFMAN, R. Distribuição de Renda e Crescimento Econômico. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 41, abr. 2001.
- HOFFMAN, R. **Distribuição de Renda**: Medidas de Desigualdade e Pobreza. São Paulo: EdUSP, 1998.
- KUZNETS, S. **Shares of Upper Income Groups in Income and Savings**. New York: National Bureau of Economic Research, 1953.
- MIRRELES, J. A. An exploration in the theory of optimal income taxation. **Review of Economic Studies**, Oxford, v. 38, n. 2, p. 175-208, 1971.
- MORGAN, M. Extreme and Persistent Inequality: New Evidence for Brazil Combining National Accounts, Surveys and Fiscal Data, 2001-2015. **WID Working Paper Series**, 2018. Disponível em: <https://shs.hal.science/halshs-02794605/document>. Acesso em: 1 mar. 2024.
- OREIRO, J. Por que a desigualdade da distribuição da renda é um problema econômico relevante?. **José Luis Oreiro**: Economia, Opinião e Atualidades, 26 jan. 2018. Disponível em: <https://jloreiro.wordpress.com/2018/01/26/por-que-a-desigualdade-da-distribuicao-de-renda-e-um-problema-economico-relevante/>. Acesso em: 29 fev. 2024.